

Imprimir

Salvar

## TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2024

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: AP000015/2024  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 25/04/2024  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR013356/2024  
NÚMERO DO PROCESSO: 13345.200225/2024-91  
DATA DO PROTOCOLO: 22/04/2024

NÚMERO DO PROCESSO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 13345.200078/2024-59  
DATA DE REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 15/02/2024

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE PRESTACAO DE SERVICOS DO ESTADO DO AMAPA, CNPJ n. 06.208.578/0001-14, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DIEGO SOARES DE CASTRO;

E

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE PRESTACAO DE SERVICOS A TERCEIROS, COLOCACAO E ADMINISTRACAO DE MAO DE OBRA, TRABALHO TEMPORARIO, LEITUR, CNPJ n. 34.945.360/0001-88, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). WILSON LEITAO DA SILVA JUNIOR;

celebram o presente TERMO ADITIVO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores em asseio, conservação**, com abrangência territorial em **Amapá/AP, Calçoene/AP, Cutias/AP, Ferreira Gomes/AP, Itauba/AP, Laranjal do Jari/AP, Macapá/AP, Mazagão/AP, Oiapoque/AP, Pedra Branca do Amapari/AP, Porto Grande/AP, Pracuúba/AP, Santana/AP, Serra do Navio/AP, Tartarugalzinho/AP e Vitória do Jari/AP**.

## SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

### CLÁUSULA TERCEIRA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS E DA RESCISÃO CONTRATUAL

**Parágrafo Quinto** - Os sindicatos asseguram as empresas associadas aos SECAP/AP que assim como a Convenção Coletiva é firmada todo início de ano entre o sindicato Patronal e o Laboral para que o salário e benefícios da categoria profissional sejam reajustados, de igual modo, por sua vez, os Tomadores de Serviços reajustarão os contratos de prestação de serviços por meio da repactuação, realizando uma negociação com o Empregador para tratar dos retroativos inadimplentes concernente ao Contrato de Prestação de Serviços

## GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

### CLÁUSULA QUARTA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Fica convencionado que o Adicional de Insalubridade será calculado sobre o Salário Mínimo Nacional e será pago aos empregados que exercerem tarefas em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pela NR15 do Ministério do Trabalho, dos percentuais previstos em lei, bem como das normas do Ministério do Trabalho e Emprego sobre medicina e segurança do trabalho.

Parágrafo Primeiro – Fica assegurado o percentual de 20% (vinte por cento) a título de Adicional de Insalubridade, para os empregados que exerçam suas funções em áreas administrativas dos seguintes ambientes: hospitais, unidade básicas de saúde, clínicas, ambulatorios, centrais de medicamentos públicas ou privadas, depósito para armazenamento de medicamentos, laboratórios, hemocentros, leprosários, casas de saúde, abrigo para idosos, hospitais para tratamento do câncer, sanatórios para tratamento de tuberculose e HIV.

Parágrafo Segundo – Fica assegurado o percentual de 40% (quarenta por cento) a título de Adicional de Insalubridade, para os empregados que exerçam suas funções em áreas operacionais dos seguintes ambientes: hospitais, unidades básicas de saúde, unidades mistas de saúde, clínicas, casas de saúde indígenas, ambulatorios, centrais de medicamentos públicas ou privadas, depósito para armazenamento de medicamentos, cemitérios, aterro controlado, lixeira pública, motoristas de caminhão coletor de resíduos urbanos, bueiros, laboratórios, hemocentros, leprosários, casas de saúde, abrigo para idosos, hospitais para tratamento do câncer, sanatórios para tratamento de tuberculose e HIV, lixeiras de prédios e condomínios, controladoras de pragas que exerçam as funções/atividades de Aplicador de bactericida e Desinsetizador, Aplicador de inseticida e produtos agrotóxicos. Para funções exercidas de limpeza em instalações sanitárias e de uso público, entendendo-se por “instalações sanitárias de grande circulação aquelas utilizadas por mais de vinte pessoas ao dia sem restrição de acesso.

Parágrafo terceiro – As demais atividades não especificadas nesta convenção consideradas insalubres, reconhecidas através de laudo técnico, serão remuneradas com os percentuais estabelecidos na NR 15.

Parágrafo Quarto – Não haverá acúmulo do adicional de insalubridade com o de periculosidade.

Parágrafo Quinto - O pagamento deste adicional de insalubridade não desobriga as empregadoras de fornecerem para tais empregados os “Equipamentos de Proteção Individual - EPI”, segundo Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho.

Constitui ato faltoso do empregado a recusa injustificada:

- a) à observância das instruções expedidas pelo empregador através de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais;
- b) ao uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pela empresa.

## **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

### **CLÁUSULA QUINTA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

O auxílio alimentação será fornecido pelas empresas aos trabalhadores até o 5º (quinto) dia útil do mês, por meio de vale alimentação/ticket refeição, para aqueles que laboram em jornada temporária, especial ou integral, diurna ou noturna, com jornada diária a partir de 06 (seis) horas, ficando convencionado que o pagamento do auxílio alimentação por parte do empregador ao empregado está expressamente vinculado ao mês de competência da fatura recebida.

Parágrafo Primeiro – As empresas abrangidas por esta Convenção, que atuam na prestação de serviços no Estado do Amapá, com contratos vigentes, ficam obrigadas a pagar o vale alimentação/ticket refeição no valor de R\$ 25,00 (vinte e cinco) por dia efetivamente trabalhado, não ultrapassando o limite de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) no mês.

Parágrafo Segundo – As empresas poderão descontar até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do vale alimentação/ticket refeição a título de contribuição do empregado, juntamente com o pagamento de salários em folha, sendo que, para todos os efeitos legais, o benefício acima não se constitui salário e, portanto, não será incorporado ao mesmo, tão pouco às verbas e benefícios salariais.

Parágrafo Terceiro – Em caso de faltas, ainda que justificadas, haverá desconto no vale alimentação/ticket refeição, na proporção dos dias faltosos.

Parágrafo Quarto – É vedada a substituição do benefício por qualquer tipo de refeição (marmitex, quentinha entre outros) salvo se a empresa possuir refeitório apropriado e adequado a todas as exigências legais do MTE ou comprovar a contratação de empresa devidamente certificada para tal atividade.

Parágrafo Quinto – É vedado lançar na planilha de custo e formação de preços, por ocasião de licitações e contratações diretas, a dedução do percentual de 20% (vinte por cento) do que trata o parágrafo terceiro desta cláusula. Uma vez que, o desconto efetuado do PAT visa uma contrapartida do trabalhador para a empresa, logo, o tomador de serviço não poderá se beneficiar do referido desconto.

## **RELAÇÕES SINDICAIS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**

O Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou a constitucionalidade da contribuição para trabalhadores não associados em caso de Acordos, Convenção Coletiva ou decisão Judicial. Porém, o STF afirma que o trabalhador estará isento de pagar desde que se manifeste expressamente por carta de oposição, dentro do prazo de 30 dias a contar da data de homologação do presente Termo Aditivo à CCT 2024.

Parágrafo Primeiro - O desconto da contribuição assistencial equivalerá a 1% (um por cento) do salário base da categoria não filiado ao STACAP. Os valores descontados em folha dos trabalhadores serão repassados para a conta bancária do STACAP.

Parágrafo segundo - O referido desconto da Contribuição Assistencial, será efetuado mensalmente.

Parágrafo terceiro - Não poderá constar na folha salarial do trabalhador o desconto de Mensalidade Sindical de 2% e desconto de Contribuição Assistencial 1% ao mesmo tempo, acumulando dois descontos.

## **DIREITO DE OPOSIÇÃO AO DESCONTO DE CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - CARTA DE OPOSIÇÃO**

O trabalhador poderá exercer seu direito de oposição, apresentando Carta de Oposição escrita à punho, o qual deverá ser feita exclusivamente na sede do Sindicato Laboral.

Parágrafo Primeiro - O sindicato Stacap compromete-se a realizar as Assembleias Gerais Extraordinárias da categoria profissional, para assim deliberar sobre os pedidos de oposição encaminhadas ao sindicato laboral.

Parágrafo Segundo - As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas conforme pauta publicado no edital de Convocação.

Parágrafo Terceiro - Toda e qualquer renúncia a oposição de desconto assistencial somente poderá ser aceita e autorizada pela categoria, em Assembleia Geral Extraordinária, que ocorrerá no prazo de até três meses, caso haja carta de oposição do trabalhador não associado, a contar da data de apresentação da Carta de Oposição.

Parágrafo Quarto: É vedado aos empregadores ou aos seus prepostos, assim considerados gerentes e assemelhados, e os integrantes do departamento pessoal e financeiro, a adoção de quaisquer procedimentos visando induzir os empregados em proceder a oposição ao desconto, lhes sendo igualmente vedado a elaboração de modelos de documentos de oposição para serem copiados pelos empregados, constitui em tese como ato ou conduta antisindical.

Parágrafo Quinto: O empregador ou seus prepostos que descumprirem a determinação do parágrafo anterior, serão responsabilizados ficando sujeitos a eventuais sanções administrativas, civis e penais, se cabíveis, principalmente no que se refere ao crime contra a organização do trabalho.

}

**WILSON LEITAO DA SILVA JUNIOR**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE PRESTACAO DE SERVICOS A TERCEIROS, COLOCACAO E**  
**ADMINISTRACAO DE MAO DE OBRA, TRABALHO TEMPORARIO, LEITUR**

**ANEXOS**  
**ANEXO I - EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

[Anexo \(PDF\).](#)

**ANEXO II - ATA STACAP**

[Anexo \(PDF\).](#)

**ANEXO III - PUBLICAÇÃO 01**

[Anexo \(PDF\).](#)

**ANEXO IV - ATA REUNIÃO SECAP**

[Anexo \(PDF\).](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministerio do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.